

Psicopedagogia, alfabetização e letramento infantil: Entre letras e sentidos

Psychopedagogy, literacy acquisition, and childhood literacy practices: Between letters and meanings

Carlos José de Melo Moreira¹; Verônica Lima Carneiro Moreira²

DOI: 10.51207/2179-4057.20260042

Resumo

A alfabetização e o letramento infantil permanecem como desafios centrais da educação brasileira, especialmente diante das desigualdades sociais, das lacunas na formação docente e das condições precárias de muitas escolas públicas. Milhares de crianças concluem os primeiros anos do Ensino Fundamental sem compreender plenamente o funcionamento do sistema de escrita alfabética ou sem desenvolver práticas de leitura significativas. Nesse cenário, a Psicopedagogia assume papel essencial ao compreender a aprendizagem como processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e socioculturais. Com base em autores como Piaget, Vygotsky, Wallon, Ferreiro e Teberosky, a reflexão desenvolvida articula fundamentos teóricos e práticas educativas, evidenciando que a mediação psicopedagógica contribui para prevenir e superar dificuldades, respeitando os ritmos e hipóteses de cada criança. Além disso, são discutidos os impactos das políticas públicas, das condições de trabalho docente e do uso das tecnologias digitais nos processos de alfabetização e letramento. A análise demonstra que a Psicopedagogia amplia o olhar sobre o aprender, integrando razão, emoção e interação social, e reafirma sua função social na construção de práticas inclusivas e emancipadoras. Conclui-se que sua contribuição vai além da superação de dificuldades específicas, alcançando a formação integral da criança e a democratização do acesso à leitura e à escrita como instrumentos de cidadania e transformação social.

Unitermos: Leitura e Escrita. Aprendizagem Significativa. Mediação Pedagógica. Desenvolvimento Cognitivo. Inclusão Educacional.

Summary

Literacy acquisition and childhood literacy practices remain central challenges in Brazilian education, especially in the face of social inequalities, gaps in teacher training, and the precarious conditions of many public schools. Thousands of children complete the first years of elementary school without fully understanding the functioning of the alphabetic writing system or without developing meaningful reading practices. In this context, Psychopedagogy plays an essential role by understanding learning as a dynamic process that involves cognitive, affective, and sociocultural aspects. Based on authors such as Piaget, Vygotsky, Wallon, Ferreiro, and Teberosky, this reflection articulates theoretical foundations and educational practices, showing that psychopedagogical mediation helps to prevent and overcome learning difficulties while respecting each child's pace and hypotheses. Furthermore, the impacts of public policies, teachers' working conditions, and the use of digital technologies on literacy acquisition and literacy practices are discussed. The analysis demonstrates that Psychopedagogy broadens the understanding of learning by integrating reason, emotion, and social interaction, reaffirming its social function in building inclusive and emancipatory educational practices. It is concluded that its contribution goes beyond overcoming specific difficulties, reaching the integral development of the child and the democratization of access to reading and writing as instruments of citizenship and social transformation.

Keywords: Reading and Writing. Meaningful Learning. Pedagogical Mediation. Cognitive Development. Educational Inclusion.

Trabalho realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver.

1. Carlos José de Melo Moreira – Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação; Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil.

2. Verônica Lima Carneiro Moreira – Pós-Doutora, Doutora e Mestra em Educação; Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil.

Introdução

Diante das persistentes desigualdades sociais, das lacunas na formação docente e das condições precárias de muitas escolas públicas, a alfabetização e o letramento infantil configuram-se como desafios centrais para a educação brasileira. Em 2023, apenas cerca de 56% das crianças foram consideradas alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, segundo dados do Ministério da Educação (Brasil, 2024). A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais na formação educacional e social das crianças, funcionando como alicerces para a aprendizagem formal e para a construção do conhecimento. Mais do que a simples aquisição de competências técnicas relacionadas à leitura e à escrita, ambos implicam a inserção do sujeito em práticas sociais mediadas pela linguagem, possibilitando a ampliação da autonomia intelectual e a participação ativa na vida em sociedade (Soares, 2003). Assim, aprender a ler e a escrever não se reduz a um domínio mecânico de códigos, mas significa apropriar-se de instrumentos culturais que abrem caminhos para a cidadania e para a construção de sentidos sobre o mundo.

Entretanto, a realidade educacional brasileira revela um cenário desafiador. Embora nas avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2023, tenham participado cerca de 8,4 milhões de alunos em mais de 190 mil escolas (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação [Undime], 2024), ainda se constata índices preocupantes de estudantes que, ao final dos anos iniciais, não consolidaram plenamente as habilidades básicas de leitura e de escrita. Essa situação não decorre apenas de dificuldades individuais dos alunos, mas também resulta de fatores contextuais, emocionais, socioeconômicos e culturais que atravessam o cotidiano escolar. É nesse ponto que a Psicopedagogia assume relevância: ao oferecer uma leitura interdisciplinar dos processos de aprendizagem, possibilita compreender tais dificuldades em sua complexidade e propor caminhos de intervenção mais adequados.

A Psicopedagogia surge como campo interdisciplinar que integra saberes da Pedagogia, da

Psicologia, da Neurociência, da Linguística e de outras áreas do conhecimento. Essa integração permite uma visão mais ampla do fenômeno da aprendizagem e, especialmente, das dificuldades que emergem no percurso escolar. Conforme Bossa (2007), a atuação psicopedagógica não se limita à correção de problemas já instalados, mas inclui também ações preventivas, colaborando com professores, famílias e gestores na construção de ambientes mais inclusivos, acolhedores e estimulantes. Na Educação Infantil, etapa em que a criança estabelece seus primeiros contatos sistemáticos com a leitura e a escrita, essa colaboração torna-se ainda mais decisiva.

Nesse contexto, a diferenciação entre alfabetização e letramento deve ser destacada. A alfabetização, em sentido estrito, refere-se ao domínio do sistema de escrita alfabética, ao passo que o letramento diz respeito à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2003). Ferreiro e Teberosky (1999), ao investigarem a psicogênese da língua escrita, mostraram que a criança não é um receptor passivo do conhecimento, mas elabora hipóteses próprias sobre o funcionamento da escrita. Esse entendimento rompeu com visões tradicionais de ensino e abriu caminho para práticas que valorizam a construção ativa do saber. Nesse contexto, a Psicopedagogia contribui ao reconhecer a singularidade de cada sujeito, mediando processos que respeitam ritmos individuais e valorizam os erros como parte constitutiva da aprendizagem.

Vygotsky (1998) enriquece esse debate ao enfatizar o caráter social e cultural da aprendizagem. Sua concepção de zona de desenvolvimento proximal evidencia que a criança pode avançar além de seu nível atual de desenvolvimento quando apoiada por interações mediadas, seja por professores, seja por pares. Isso reforça a importância de uma prática psicopedagógica que valorize o diálogo, a cooperação e o papel da linguagem como instrumento mediador. Wallon (2007), por sua vez, amplia o entendimento ao demonstrar que cognição, emoção e motricidade são dimensões indissociáveis no processo de aprendizagem. Assim, um olhar psicopedagógico para a alfabetização não pode desconsiderar o papel das emoções, das motivações e das interações sociais.

Diante dessas perspectivas, esta pesquisa foi norteada pela seguinte questão: qual é o papel da Psicopedagogia no processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil e de que modo suas contribuições podem favorecer práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes?

O objetivo geral foi analisar, em perspectiva teórica e reflexiva, as contribuições da Psicopedagogia no processo de alfabetização e letramento infantil. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) investigar a relação entre práticas psicopedagógicas e o desenvolvimento da leitura e da escrita; (b) identificar estratégias psicopedagógicas aplicáveis à educação infantil; e (c) discutir os potenciais da integração entre Psicopedagogia e Pedagogia na superação das dificuldades de aprendizagem.

A escolha do tema justifica-se pela relevância social da alfabetização e do letramento, que, quando não plenamente consolidados, repercutem em todo o percurso escolar e na vida cidadã. Também se justifica pela necessidade de aprofundar a reflexão acadêmica sobre a Psicopedagogia, área ainda em expansão no Brasil, mas essencial para a compreensão das dificuldades de aprendizagem e o fortalecimento das práticas escolares.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica e reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da Psicopedagogia, da alfabetização e do letramento. Adotou-se como recurso metodológico a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), empregada na organização, categorização e interpretação das contribuições teóricas selecionadas em torno dos principais eixos temáticos do estudo.

A organização do artigo reflete essa proposta investigativa: após esta introdução, a segunda seção apresenta os fundamentos teóricos e conceituais da alfabetização e do letramento; a terceira discute as práticas psicopedagógicas diante dos desafios contemporâneos da alfabetização; a quarta analisa as contribuições da Psicopedagogia para a alfabetização e o letramento infantil; e, por fim, as considerações finais retomam os principais pontos discutidos e indicam perspectivas futuras para a atuação psicopedagógica.

Assim, o estudo busca oferecer uma contribuição teórica consistente ao debate sobre alfabetização, letramento e Psicopedagogia. Ao enfatizar a aprendizagem como fenômeno complexo e multifacetado, demonstra que a integração entre Psicopedagogia e práticas pedagógicas pode não apenas favorecer o desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também ampliar a formação crítica e cidadã das crianças, garantindo-lhes o acesso significativo ao universo da linguagem e da cultura.

Psicopedagogia, alfabetização e letramento: fundamentos teóricos e conceituais

A discussão sobre alfabetização e letramento ocupa lugar central nos debates educacionais contemporâneos, sobretudo, em sociedades como a brasileira, marcadas por desigualdades sociais persistentes e por desafios estruturais no acesso à educação de qualidade. A alfabetização permanece como um dos maiores obstáculos da escola pública, seja em razão da defasagem idade-série, da evasão precoce ou da permanência de estudantes que não conseguem consolidar habilidades básicas de leitura e escrita. Nessa perspectiva, o problema da alfabetização e do letramento não pode ser reduzido a um aspecto técnico de decodificação de símbolos linguísticos; ele se insere em um horizonte mais amplo de desenvolvimento humano, exercício da cidadania e inserção social. É nesse cenário que a Psicopedagogia se apresenta como área de conhecimento e prática que busca compreender as dificuldades de aprendizagem e intervir de forma a potencializar os processos educativos, atuando tanto na prevenção quanto na remediação.

A concepção de alfabetização foi historicamente reduzida à mera aquisição da habilidade de decodificar símbolos gráficos, isto é, à capacidade de ler e escrever palavras. Essa visão limitada refletia uma tradição escolar que, por muito tempo, associou aprender a ler e escrever ao simples treino de habilidades mecânicas, como soletração, cópia e repetição. Entretanto, estudos posteriores ampliaram essa concepção, mostrando que alfabetizar significa introduzir a criança em práticas significativas de linguagem escrita, que vão além

da decifração de códigos. Ferreiro e Teberosky (1999), em suas pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, evidenciaram que a criança não é um sujeito passivo diante do processo de alfabetização. Ao contrário, ela formula hipóteses, constrói significados e estabelece relações cognitivas com a linguagem, reelaborando-a a partir de suas experiências. Essa mudança representou um marco na educação, ao deslocar o foco de um ensino centrado exclusivamente no professor para uma perspectiva que reconhece a criança como protagonista ativa da aprendizagem.

Esse deslocamento ganha maior densidade quando articulado à contribuição da psicogênese piagetiana. Piaget (1971, 1976) mostrou que o desenvolvimento cognitivo ocorre por estágios sucessivos, nos quais a criança constrói progressivamente estruturas mentais mais complexas. Embora Piaget não tenha abordado diretamente a alfabetização, sua teoria é fundamental para compreender como a criança passa da manipulação concreta dos objetos à elaboração de noções abstratas que permitem operar com a linguagem escrita. A Psicopedagogia, ao dialogar com Piaget, compreende que não basta transmitir conteúdos de forma linear: é preciso respeitar o nível de desenvolvimento da criança, criando situações que estimulem a assimilação e a acomodação, de modo a favorecer aprendizagens significativas.

A noção de letramento, introduzida no Brasil de forma sistematizada por Magda Soares (2003, 2004, 2020), representou outra inflexão crucial. A autora distingue alfabetização de letramento, afirmando que alfabetizar é ensinar o sistema de escrita alfabética, enquanto letrar é inserir o sujeito em práticas sociais de leitura e escrita. Essa distinção é central: uma criança pode dominar o código escrito, mas, se não for exposta a situações reais de uso da linguagem, terá dificuldades em compreender sua função social. Do mesmo modo, alguém pode participar de práticas sociais que envolvem leitura, por exemplo, ao interpretar placas ou manusear aplicativos, mesmo sem ser plenamente alfabetizado. O desafio da escola, portanto, é duplo: garantir a alfabetização técnica e promover o letramento

social. Para Soares (2020), uma política educacional eficaz não pode dissociar esses processos, sob pena de produzir sujeitos que leem sem compreender ou que compreendem parcialmente, limitando-se a usos instrumentais da linguagem.

Vygotsky (1998), por sua vez, amplia esse horizonte ao enfatizar a natureza social da aprendizagem. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo não é um processo isolado, mas mediado pela interação com o outro e pela cultura. Sua noção de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) revela que a criança pode realizar tarefas além de seu nível atual de desenvolvimento, desde que tenha a mediação adequada de um adulto ou de colegas mais experientes. Aplicado à alfabetização e ao letramento, isso significa que a aprendizagem não depende apenas do esforço individual, mas da qualidade das interações sociais e pedagógicas. A Psicopedagogia, ao incorporar o referencial vygotskiano, reconhece que o processo de aprender a ler e a escrever é inseparável da inserção em práticas culturais, das trocas dialógicas e do apoio pedagógico oferecido em momentos decisivos do desenvolvimento infantil.

No campo específico da Psicopedagogia, Bossa (2007) reforça que sua atuação não deve ser vista apenas como um recurso de correção, voltado a estudantes com dificuldades já instaladas. Pelo contrário, a Psicopedagogia deve ser entendida como prática preventiva e formativa, capaz de colaborar com professores, gestores e famílias no planejamento de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e estimulantes. Nesse sentido, sua contribuição vai além da intervenção individualizada: ela incide na cultura escolar, promovendo novas formas de compreender o fracasso escolar e enfrentando visões reducionistas que culpabilizam o aluno ou desconsideram fatores institucionais e sociais.

A relação entre alfabetização, letramento e Psicopedagogia precisa ser lida também em chave política. Pesquisas como as de Mortatti (2019) demonstram que a alfabetização no Brasil é historicamente atravessada por disputas de concepção, entre métodos sintéticos e analíticos, por exemplo, e por políticas públicas que nem sempre dialogam com a realidade das escolas. Apesar de iniciativas

como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Brasil, 2012) e a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019), os índices de crianças plenamente alfabetizadas nos primeiros anos ainda são preocupantes, como evidenciam avaliações em larga escala, entre elas a Avaliação Nacional da Alfabetização (Brasil, 2013) e o Saeb (Undime, 2024). A Psicopedagogia pode contribuir para tensionar esses dados, mostrando que eles não se reduzem a indicadores técnicos, mas refletem desigualdades estruturais, condições precárias de trabalho docente e ausência de acompanhamento das singularidades de cada aluno.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é o papel da família e da comunidade no processo de alfabetização e letramento. A Psicopedagogia sublinha que a aprendizagem não acontece apenas nos espaços formais da escola, mas também em ambientes informais, nos quais circulam práticas de leitura e escrita. O incentivo familiar à leitura, a oferta de materiais diversificados e o acompanhamento das tarefas escolares são fatores que impactam fortemente o desempenho da criança. Desse modo, a atuação psicopedagógica deve incluir orientação às famílias, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade e reconhecendo que a educação é um processo compartilhado.

Também é necessário compreender que alfabetização e letramento não se encerram nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Trata-se de processos contínuos, que se estendem ao longo de toda a escolaridade e mesmo da vida. Nesse ponto, a Psicopedagogia oferece ferramentas teóricas e metodológicas que auxiliam na formação docente, ampliando o repertório de estratégias para lidar com as dificuldades de aprendizagem e favorecendo práticas pedagógicas que unam a dimensão técnica da alfabetização à dimensão social do letramento. Essa integração é fundamental para evitar a fragmentação do processo educativo, garantindo que a aprendizagem da leitura e da escrita seja significativa, contextualizada e emancipadora.

Assim, a fundamentação teórica evidencia que a Psicopedagogia não se restringe ao atendimento individualizado de crianças com dificuldades, mas

se consolida como área de intervenção ampla, comprometida com a qualidade e com a democratização da educação. No campo da alfabetização e do letramento, suas contribuições incluem tanto o diagnóstico precoce de dificuldades quanto a proposição de estratégias que respeitem a singularidade dos sujeitos, integrando escola, família e comunidade em um esforço coletivo de construção do conhecimento. Ao evidenciar a complexidade do aprender, a Psicopedagogia reafirma seu papel transformador, articulando teoria e prática em favor de uma educação mais inclusiva e significativa.

Dessa forma, a análise dos conceitos e fundamentos de alfabetização, letramento e Psicopedagogia permite compreender que tais processos não se esgotam em práticas técnicas, mas estão atravessados por dimensões cognitivas, afetivas, sociais, políticas e culturais. É justamente essa perspectiva ampliada que abre caminho para refletir criticamente sobre a função social da Psicopedagogia e sobre suas possibilidades de intervenção nos contextos escolares. A partir dessa base teórica, torna-se possível avançar para a próxima seção, que examinará mais a fundo os desafios da alfabetização no Brasil e o papel das políticas educacionais na conformação das práticas escolares.

Práticas Psicopedagógicas na alfabetização e no letramento infantil: Entre desafios e possibilidades

O debate sobre alfabetização e letramento no Brasil não pode ser dissociado de uma análise crítica das condições reais em que esses processos se desenvolvem. Embora a legislação educacional assegure o direito das crianças à alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os indicadores nacionais demonstram que esse direito não tem sido plenamente garantido. Avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (Brasil, 2013), assim como os dados do Saeb de 2023 (Undime, 2024), revelam que uma parcela expressiva de estudantes conclui os anos iniciais do Ensino Fundamental sem consolidar as competências mínimas de leitura, escrita

e compreensão textual. Essa realidade expõe não apenas a insuficiência das políticas públicas, mas também as contradições de um sistema educacional permeado por desigualdades históricas, sociais e culturais.

No campo das práticas pedagógicas, a Psicopedagogia desponta como área capaz de oferecer contribuições significativas, sobretudo, por compreender a aprendizagem como um fenômeno multifacetado que envolve dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais. A presença do psicopedagogo na escola pode favorecer a identificação de barreiras pouco visíveis, frequentemente naturalizadas, que dificultam o processo de alfabetização e letramento. Ao contrário de abordagens que atribuem o insucesso apenas à criança, a Psicopedagogia desloca a análise para os múltiplos fatores envolvidos, incluindo os institucionais, metodológicos, familiares e comunitários, ampliando a compreensão sobre a complexidade da aprendizagem.

Entretanto, a prática psicopedagógica no Brasil ainda enfrenta limitações. Em muitas escolas, a atuação do psicopedagogo restringe-se ao caráter remediativo, acionado apenas quando as dificuldades já se manifestam de forma evidente. Esse modelo tende a responsabilizar o aluno individualmente, desconsiderando que muitas dificuldades emergem de práticas pedagógicas inadequadas, de currículos pouco contextualizados ou de condições sociais adversas. Bossa (2007) e Weiss (2010) destacam a necessidade de uma Psicopedagogia preventiva, articulada desde o início ao trabalho docente, apoiando professores na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e na elaboração de estratégias diversificadas.

Historicamente, o debate sobre métodos de alfabetização tem polarizado políticas e práticas no Brasil. As disputas entre métodos fônicos, silábicos, globais e construtivistas, frequentemente apresentadas como soluções definitivas, ignoram que nenhum método é universalmente eficaz. A diversidade de trajetórias infantis, de contextos sociais e de experiências prévias com a linguagem exige abordagens flexíveis e híbridas. A Psicopedagogia pode oferecer uma mediação nesse campo,

propondo práticas que respeitem os processos singulares de aprendizagem e evitem a imposição de modelos homogêneos e reducionistas.

Outro desafio central diz respeito à formação docente. Muitos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental não recebem, em sua formação inicial, subsídios suficientes para lidar com a complexidade da alfabetização. O ensino da língua escrita, frequentemente, permanece restrito a práticas mecânicas de decodificação, dissociadas das experiências sociais de letramento. A ausência de uma formação interdisciplinar, que articule saberes da Pedagogia, Psicologia, Linguística, Neurociência e Psicopedagogia, limita a capacidade de compreender os múltiplos fatores que interferem na aprendizagem. Nesse cenário, a interação entre professores e psicopedagogos é estratégica, possibilitando análises mais amplas e práticas pedagógicas fundamentadas.

O contexto socioeconômico das crianças constitui outra variável incontornável. Em comunidades marcadas pela pobreza, insegurança alimentar e acesso restrito a livros e recursos culturais, os desafios da alfabetização e do letramento tornam-se ainda mais agudos. A Psicopedagogia, ao adotar uma perspectiva integral da aprendizagem, pode contribuir para que as práticas pedagógicas dialoguem com os contextos locais, valorizem os saberes comunitários e fortaleçam a relação escola-família-comunidade. Esse olhar amplia a noção de alfabetização, deslocando-a de uma lógica escolar estrita para uma prática social mais ampla, capaz de incluir experiências cotidianas e culturais diversas.

A dimensão ética também precisa ser destacada. A pressão por resultados imediatos, intensificada por avaliações externas e índices comparativos, leva muitas escolas a priorizar atividades centradas na memorização e repetição, em detrimento da construção de sentidos. Esse modelo tende a esvaziar o processo de leitura e escrita de seu caráter reflexivo e crítico, produzindo alunos que, embora decodifiquem palavras, não necessariamente compreendem os textos ou se apropriam da linguagem como instrumento de emancipação. A Psicopedagogia pode questionar essa lógica ao propor práticas

que enfatizem a significação, o prazer da leitura, a produção criativa e a formação de sujeitos críticos e autônomos.

No cenário contemporâneo, os desafios tecnológicos também se impõem. A presença crescente da inteligência artificial (IA), de plataformas digitais e de recursos multimodais coloca novas demandas para a alfabetização e o letramento. As crianças são cada vez mais expostas a múltiplas linguagens, visuais, sonoras e interativas, que reconfiguram a relação com a leitura e a escrita. A Psicopedagogia pode colaborar para que esses recursos não sejam vistos apenas como ameaças ou distrações, mas como possibilidades de ampliar o repertório cultural e linguístico das crianças. Oficinas digitais, jogos educativos e narrativas multimídia, quando bem orientados, podem potencializar a aprendizagem, tornando o processo mais atrativo e conectado ao mundo em que os alunos vivem.

As possibilidades de práticas psicopedagógicas, portanto, são múltiplas. Oficinas de leitura e escrita, jogos linguísticos, dramatizações, contação de histórias e projetos interdisciplinares constituem estratégias que favorecem a motivação e a participação ativa da criança. A valorização do lúdico, característica da Educação Infantil, é essencial para associar a aprendizagem da língua escrita a experiências prazerosas e significativas. A Psicopedagogia, ao apoiar a implementação dessas práticas, reforça a ideia de que alfabetizar e letrar não é apenas ensinar códigos, mas promover inserções culturais e sociais.

Outro ponto que exige atenção crítica é a crescente medicalização das dificuldades de aprendizagem. O aumento de diagnósticos como dislexia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), muitas vezes aplicados de forma apressada, revela uma tendência de transformar diferenças de ritmo e estilo em patologias. Embora os transtornos de aprendizagem existam e mereçam acompanhamento especializado, a Psicopedagogia desempenha papel fundamental ao distinguir dificuldades pedagógicas de condições clínicas, evitando diagnósticos indevidos e fortalecendo práticas educativas mais inclusivas.

Por fim, a análise das práticas psicopedagógicas na alfabetização e no letramento infantil evidencia que, apesar dos desafios sociais, políticos, éticos e tecnológicos, existem possibilidades significativas de transformação. A Psicopedagogia, ao se afirmar como campo interdisciplinar, contribui para uma escola mais democrática, capaz de acolher a diversidade e promover aprendizagens significativas. Alfabetizar e letrar, nessa perspectiva, não significa apenas transmitir técnicas, mas formar sujeitos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade em que vivem.

Contribuições da Psicopedagogia para a alfabetização e o letramento infantil

A Psicopedagogia, enquanto campo interdisciplinar, consolidou-se a partir da necessidade de compreender a aprendizagem em sua totalidade e de intervir criticamente tanto nas dificuldades individuais quanto nos desafios institucionais que atravessam a escola. No campo da alfabetização e do letramento infantil, essa perspectiva adquire especial relevância, pois se trata de uma etapa decisiva da escolarização, marcada pela articulação entre desenvolvimento cognitivo, inserção social e demandas culturais. A aquisição da leitura e da escrita não se restringe à memorização de códigos ou à repetição mecânica de exercícios, mas constitui um processo de formação do sujeito como ser histórico e social capaz de atribuir sentidos ao mundo por meio da linguagem. Nesse horizonte, insere-se a função social da Psicopedagogia, entendida como a capacidade de integrar dimensões cognitivas, afetivas e socioculturais da aprendizagem, oferecendo mediações que ampliam e qualificam o trabalho educativo, assegurando que a alfabetização seja vivida como experiência significativa, inclusiva e emancipadora.

Os fundamentos teóricos que sustentam a Psicopedagogia reforçam essa função social ao apontar que a aprendizagem é resultado de múltiplas interações e não pode ser reduzida à mera transmissão de conteúdos. Piaget (1971, 1976) demonstrou que o conhecimento se constrói a partir da interação ativa entre sujeito e meio, num processo de equilíbrio

progressiva em que a criança elabora estruturas cognitivas cada vez mais complexas. Tal perspectiva mostra que o ato de alfabetizar não pode ser pensado como simples imposição de códigos prontos, mas como um processo no qual a criança deve ser estimulada a construir ativamente sua compreensão da linguagem escrita, respeitando seus ritmos e hipóteses.

Vygotsky (1998) acrescenta a dimensão social e cultural ao evidenciar que a aprendizagem se dá pela mediação de outros sujeitos e por instrumentos culturais que antecedem a experiência individual. Sua concepção de zona de desenvolvimento proximal aponta que a criança pode alcançar níveis mais elevados de aprendizagem quando apoiada por pares ou adultos mais experientes, o que reforça a importância da mediação docente e da intervenção psicopedagógica no processo de alfabetização. Wallon (1975) amplia ainda mais essa compreensão ao destacar que cognição, emoção e motricidade são indissociáveis, lembrando que o ingresso da criança no universo da escrita é permeado por sentimentos de motivação, frustração e desejo. Um ambiente de aprendizagem que desconsidere a dimensão afetiva tende a gerar bloqueios duradouros, tornando o processo escolar excludente. A Psicopedagogia, ao articular essas três perspectivas, assume função social ao garantir que a alfabetização seja pensada como processo integral, no qual se unem razão, emoção e interação social.

Nesse mesmo horizonte, as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999) foram decisivas para a compreensão contemporânea da alfabetização, ao mostrarem que as crianças não são receptoras passivas, mas sujeitos que elaboram hipóteses sucessivas sobre o funcionamento da escrita, passando por etapas que vão do pré-silábico ao alfabético. Essa visão rompe com a concepção de alfabetização como simples treino de correspondência entre letras e sons, evidenciando que o erro não deve ser visto como fracasso, mas como manifestação do pensamento em construção. A Psicopedagogia, inspirada nessa concepção, assume função social ao promover práticas que valorizam as produções infantis, incentivam a reflexão sobre a escrita e constroem

ambientes pedagógicos inclusivos, capazes de estimular a curiosidade e a autonomia.

Contudo, é impossível refletir sobre alfabetização no Brasil sem considerar as condições concretas em que as escolas se encontram. Turmas numerosas, infraestrutura insuficiente, desigualdades sociais profundas e políticas públicas frequentemente marcadas por disputas ideológicas comprometem a garantia do direito à aprendizagem. Muitas crianças chegam ao primeiro ano do Ensino Fundamental sem contato significativo com práticas de leitura e escrita em casa, o que aprofunda ainda mais as desigualdades. Nesse cenário, a Psicopedagogia desempenha função social ao atuar como mediadora crítica, ajudando a traduzir as políticas educacionais em práticas pedagógicas contextualizadas e significativas. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Brasil, 2012) e a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019) exemplificam esse desafio. Ambos trouxeram contribuições importantes, mas também refletiram tensões entre abordagens mais técnicas, centradas na consciência fonológica, e perspectivas mais amplas, que defendem a alfabetização como prática social e cultural. A Psicopedagogia, nesse debate, oferece uma síntese crítica, afirmando que é preciso integrar as duas dimensões: reconhecer a relevância do domínio técnico e da consciência fonológica, mas sem negligenciar a função cultural e emancipatória da leitura e da escrita.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao impacto crescente das tecnologias digitais e da inteligência artificial na vida das crianças. Desde cedo, elas têm contato com celulares, *tablets* e computadores, vivenciando formas de interação que transformam a relação com a linguagem. Recursos digitais podem ser aliados importantes quando bem utilizados, pois ampliam o repertório cultural, favorecem aprendizagens lúdicas e possibilitam acesso a diferentes linguagens. Entretanto, o uso indiscriminado e desregulado pode comprometer a atenção, reduzir a capacidade de concentração e enfraquecer práticas de leitura profunda, essenciais ao desenvolvimento da autonomia intelectual. A Psicopedagogia, ao assumir sua função social,

precisa considerar esse cenário e oferecer mediações críticas que ajudem a integrar as tecnologias de modo equilibrado e pedagógico, orientando tanto a prática docente quanto o uso familiar.

No mesmo movimento, a Psicopedagogia contribui para questionar um fenômeno recorrente no ambiente escolar: a medicalização das dificuldades de aprendizagem. O aumento dos diagnósticos de dislexia, TDAH e outros transtornos nem sempre é acompanhado de uma investigação profunda sobre os fatores pedagógicos, sociais e afetivos que interferem na aprendizagem. Em muitos casos, dificuldades que poderiam ser enfrentadas com estratégias didáticas diferenciadas ou maior apoio familiar são rapidamente interpretadas como distúrbios clínicos. Essa tendência revela uma prática que transfere para o aluno a responsabilidade por dificuldades que, na verdade, são coletivas e institucionais. A Psicopedagogia, ao assumir sua função social, atua contra esse reducionismo, lembrando que nem toda dificuldade é patológica e que a escola tem papel essencial na construção de estratégias inclusivas capazes de prevenir o fracasso escolar e evitar a estigmatização precoce das crianças.

Além dos aspectos individuais e institucionais, a alfabetização é também um fenômeno comunitário. A família e a comunidade exercem papel decisivo no processo de inserção das crianças na cultura escrita. Quando esse contato é restrito ou inexistente, a escola precisa assumir o protagonismo na oferta de experiências de leitura e escrita que ampliem os horizontes culturais. Nesse sentido, a Psicopedagogia desempenha função social ao articular escola, família e comunidade, promovendo projetos que democratizem o acesso ao universo da leitura. Oficinas de leitura com familiares, rodas de narrativa oral, clubes de livros e projetos interdisciplinares são exemplos de práticas que, ao mesmo tempo em que estimulam a alfabetização, fortalecem os vínculos sociais e culturais, criando uma rede de apoio ao desenvolvimento das crianças.

Em síntese, a função social da Psicopedagogia na alfabetização e no letramento infantil pode ser compreendida em diferentes dimensões que se articulam entre si. No plano teórico, ela mobiliza os

aportes de autores como Piaget, Vygotsky, Wallon, Ferreiro e Teberosky para fundamentar uma visão de aprendizagem como processo ativo, social e afetivo. No plano pedagógico, contribui para práticas de sala de aula que valorizam a participação ativa do aluno, reconhecem seus erros como parte do percurso e buscam integrar emoção, cognição e interação social. No plano crítico, atua como contraponto às políticas educacionais que tendem a reduzir a alfabetização a indicadores técnicos, problematizando também a tendência à medicalização da aprendizagem. Finalmente, no plano comunitário, fortalece a articulação entre escola, família e sociedade, ampliando o acesso à cultura escrita e promovendo a inclusão social.

Portanto, alfabetizar e letrar, sob a ótica da Psicopedagogia, não significa apenas ensinar códigos, mas construir sentidos, possibilitar a apropriação do patrimônio cultural e assegurar a emancipação intelectual e social das crianças. A função social da Psicopedagogia é justamente garantir que esse processo seja vivido como experiência de inclusão, equidade e formação integral, em que o aprender a ler e escrever se torna mais do que exigência escolar: torna-se caminho para o exercício pleno da cidadania e para a transformação da realidade social.

Considerações

Ao finalizar esta pesquisa, cujo propósito foi analisar as contribuições da Psicopedagogia para os processos de alfabetização e letramento infantil, reafirma-se que sua função social não se restringe à intervenção em dificuldades pontuais, mas se estende à mediação crítica entre sujeitos, práticas escolares, políticas educacionais e transformações socioculturais contemporâneas. A questão de pesquisa foi respondida por meio das análises reflexivas apresentadas, as quais evidenciaram que a Psicopedagogia constitui um campo interdisciplinar capaz de articular teoria e prática, contribuindo de modo efetivo para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e socialmente significativas.

Na segunda seção, constatou-se que a Psicopedagogia ilumina os fundamentos conceituais e

históricos da alfabetização e do letramento, em diálogo com autores como Piaget (1971, 1976), Vygotsky (1998), Wallon (1975) e Ferreiro e Teberosky (1999). A principal contribuição identificada foi a valorização de uma concepção ampliada de alfabetização e letramento, que vai além da técnica e alcança a formação da subjetividade e da cidadania.

Na terceira seção, o enfoque recaiu sobre as práticas concretas, destacando-se que a função social da Psicopedagogia se realiza ao fortalecer vínculos, prevenir dificuldades, ressignificar erros e propor estratégias que integram dimensões cognitivas, afetivas e sociais da aprendizagem. As análises evidenciaram que oficinas de leitura, jogos linguísticos, produções textuais coletivas e mediações entre família e escola constituem práticas capazes de transformar a alfabetização em experiência motivadora e inclusiva. Também foi ressaltado que a Psicopedagogia desempenha papel crítico ao enfrentar a medicalização da aprendizagem e ao problematizar os impactos do uso precoce e indiscriminado das tecnologias digitais.

Na quarta seção, aprofundaram-se as contribuições teóricas, pedagógicas, críticas e comunitárias da Psicopedagogia, incluindo sua relação com as políticas públicas de alfabetização, com ênfase em programas como o PNAIC (Brasil, 2012) e a PNA (Brasil, 2019). Observou-se que tais políticas, embora representem esforços de sistematização, tendem a reduzir a alfabetização a indicadores e métodos, desconsiderando sua dimensão cultural e emancipatória. A contribuição central foi mostrar que a Psicopedagogia exerce função social ao traduzir criticamente essas políticas no cotidiano escolar, permitindo que professores se apropriem delas de forma contextualizada e humanizada.

Com base nessas análises, os objetivos propostos foram alcançados, e as principais contribuições da pesquisa podem ser sintetizadas em quatro eixos centrais:

A compreensão de que a criança é sujeito ativo da aprendizagem, elaborando hipóteses e construindo sentidos sobre letras, palavras, imagens e textos.

A valorização de práticas pedagógicas diversificadas que respeitam ritmos individuais, promovem mediação e fortalecem vínculos afetivos.

O estímulo à cooperação interdisciplinar entre professores, psicopedagogos, gestores e famílias, com foco tanto na prevenção quanto na superação de diferentes dificuldades.

A leitura crítica das metodologias e políticas educacionais, de modo a contextualizá-las e humanizá-las no cotidiano escolar, levando em consideração a realidade de cada escola, com sua diversidade sócio-histórica e cultural.

Conclui-se, portanto, que a função social da Psicopedagogia, ao dialogar com os processos de alfabetização e letramento, ultrapassa o limite da instrução formal para afirmar-se como compromisso ético e político com a formação integral da criança. Sua contribuição não se reduz à formação de leitores e escritores competentes, mas se amplia à constituição de cidadãos críticos, criativos e conscientes, capazes de interpretar e transformar a realidade em que vivem. Contudo, essa discussão permanece em aberto: os desafios da contemporaneidade, especialmente no campo das tecnologias digitais e da inteligência artificial, exigem que a Psicopedagogia continue investigando caminhos que articulem tradição e inovação. Alfabetizar e letrar, nesse horizonte, significam possibilitar não apenas o acesso à palavra escrita, mas também à leitura crítica do mundo, reafirmando a Psicopedagogia como campo indispensável na construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bossa, N. A. (2007). *A psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática*. Artmed.
- Brasil. Ministério da Educação. (2012). *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. (2013). *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Nacional da Alfabetização: Documento básico*. Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. (2019). *Política Nacional de Alfabetização*. Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. (2024). *Brasil atinge patamar de 56% de crianças alfabetizadas*. Ministério da Educação. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-atinge-patamar-de-56-de-criancas-alfabetizadas>

- Ferreiro, E., & Teberosky, A. (1999). *Psicogênese da língua escrita* (10ª ed.). Artmed.
- Mortatti, M. R. L. (2019). *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Cortez.
- Piaget, J. (1971). *A epistemologia genética*. Abril Cultural.
- Piaget, J. (1976). *A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Zahar.
- Soares, M. (2003). *Alfabetização e letramento*. Contexto.
- Soares, M. (2004). *Letramento: Um tema em três gêneros*. Autêntica.
- Soares, M. (2020). *Alfabetização: A questão dos métodos*. Contexto.
- UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. (2024). *Resultado preliminar do Saeb 2023*. <https://undime.org.br/noticia/16-04-2024-15-54-resultado-preliminar-do-saeb-2023-disponivel>
- Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (6ª ed.). Martins Fontes.
- Wallon, H. (1975). *A evolução psicológica da criança*. Edições 70.
- Wallon, H. (2007). *A evolução psicológica da criança*. Vozes.
- Weiss, M. L. (2010). *Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem*. DP&A.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

Correspondência

Carlos José de Melo Moreira
Universidade Federal do Maranhão
Avenida dos Portugueses, 1966 – Bacanga – São Luís,
MA, Brasil – CEP 65080-805
E-mail: carlos.moreira@ufma.br